

Código de Ciência e Tecnologia deve ser desmembrado

As mudanças propostas foram decididas depois de diversas audiências e conversas com representantes da comunidade científica

A Relatoria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei 2.177/11 propõe desmembrar os vários subtemas tratados na proposta do novo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), para que sejam trabalhados adequadamente. Assim, deverá ser elaborada uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC); um Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC); uma legislação específica de Acesso à Biodiversidade; e um projeto de lei que incorpore itens do PL 2.177/11,

Lei de Inovações e outras similares. O anúncio foi feito pelo relator do projeto, deputado Sibá Machado, em audiência pública realizada na Fiocruz, no dia 13 de junho. "Não é mais um código, mas um conjunto de leis", explicou o relator, que destacou a importância da mobilização dos deputados para tramitação e aprovação das iniciativas. Machado informou que o texto original já foi bastante alterado, assim como o escopo da lei, que não tramitará mais como código. As mudanças foram decididas depois de audiências e conver-

sas com especialistas do Governo e instituições. "Um código engessaria uma área que precisa ser altamente flexível. Vimos também que havia questões que não poderiam ser encaminhadas pelo Legislativo, seria vício de iniciativa", explicou.

No texto original, o PL "institui o CNCTI com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país". No auditório lotado da Escola Nacional de Saúde Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), os deputados apresentaram o estágio atual da

tramitação do projeto e ouviram sugestões dos profissionais da Fiocruz e demais participantes.

Participaram da mesa de debates os deputados federais Sibá Machado (PT-AC), Edson Santos (PT-RJ); Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Jorge Bittar (PT-RJ); o secretário executivo do Ministério da Ciência, Luiz Antonio Elias; o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha; o secretário municipal de Ciência e Tecnologia do RJ, Augusto Raupp; e o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha. (Página 6)

Muitos gastos e pouca bolsa

Auxílios desvalorizados e o elevado custo de vida em algumas cidades obrigam bolsistas a diminuir o padrão de sobrevivência

O colombiano Robinson Acosta veio para o Rio de Janeiro fazer mestrado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, onde pesquisa gravitação e cosmologia. Financiado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o físico afirma ser muito difícil fazer pós-graduação na Colômbia. Sobre o Brasil, Robinson tem outra reclamação: a insuficiência

do valor das bolsas de pesquisa para manter um bom padrão de vida no Rio.

Assim como ele, outros pesquisadores queixam-se do aperto no bolso. A principal causa apontada é a combinação das bolsas desvalorizadas com o alto custo de vida. Robinson Acosta recebe 1.500 reais por mês para pagar aluguel, comida e transporte. (Página 5)



Helena Nader é reeleita presidente da SBPC

A biomédica e professora titular da Unifesp, Helena Nader, foi reeleita presidente da SBPC, por um novo mandato de dois anos. Para os dois cargos de vice-presidente, foram reeleitos o físico Ennio Candotti, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), e a psicóloga Dora Fix Ventura, da USP, e, para o de secretário-geral, o biólogo Aldo Malavasi, da Biofábrica Moscamed Brasil.

Já para as três vagas de secretários, foram eleitos Edna Maria Ramos de Castro, da Universidade Federal do Pará (Ufpa), Regina Pekelmann Markus, da USP, e Marcelo Marcos Morales, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como primeiro-tesoureiro, foi eleito Walter Colli, da USP, e, como segundo, José Antonio Aleixo da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe). (Página 2)

Urgência: lei de acesso ao patrimônio genético

As regras para o acesso ao patrimônio genético brasileiro não devem ser tratadas em artigo do novo código de CT&I e sim em lei específica. Este foi o posicionamento da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), defendido por Beatriz Bulhões, representante da instituição em audiência pública da Comissão Especial do PL 2177/2011, realizada no dia 4 de junho, no Senado. O tema desse encontro foi o acesso à biodiversidade brasileira, de que trata o Artigo 32 do projeto.

Para a SBPC, o tema não deve estar no Código de Ciência e Tecnologia, e sim num novo marco legal que substitua a MP 2186-16/2001. "Precisamos de regras mais claras, objetivas, menos burocráticas que a MP e que tragam segurança jurídica para todos os usuários", defendeu a assessora especial da instituição. (Página 7)

Mobilização por adicional de bancada

Um grupo de pesquisadores com Bolsa Produtividade Nível 2 (PQ2) do CNPq encaminhou ao conselho e ao MCTI uma solicitação de extensão do direito à taxa de bancada concedido aos Bolsistas Produtividade Nível 1 (PQ1) e aos Bolsistas de Doutorado e Pós-doutorado do órgão. A ação de caráter coletivo argumenta que os bolsistas nível 2 têm as mesmas responsabilidades de produtividade científica que as demais categorias que recebem o adicional de bancada.

De acordo com o texto, sem o adicional, os bolsistas PQ2 muitas vezes dependem de autofinanciamento para a apresentação de seus trabalhos em eventos científicos, as traduções de seus textos para publicação no exterior, a realização de trabalho de campo, aquisição de equipamentos e material bibliográfico. A indisponibilidade do adicional geraria desigualdade. (Página 9)

Regra do Ciência sem Fronteiras exclui candidatos

O programa Ciência sem Fronteiras desapontou muitos estudantes que sonhavam ir para o exterior estudar. Na edição de 4 de junho trouxe uma novidade: para concorrer a uma bolsa de graduação-sanduíche para Canadá, Alemanha, Estados Unidos, Hungria e Japão, agora é preciso ter feito o Enem – nas edições a partir de 2009 – e ter alcançado, no mínimo, nota 600. As inscrições vão até 8 de julho, no site do programa.

A principal queixa é que antes de 2013 o exame não era utilizado em larga escala em processos seletivos em universidades federais que participam do Sisu. Por isso, muitos candidatos deixaram de prestar o Enem em anos anteriores, e, portanto, não podem concorrer a uma bolsa agora no CsF. Desde que o programa foi criado, em julho de 2011, a nota do Enem era usada apenas como critério de desempate. (Página 6)

Helena Nader é reeleita presidente da SBPC

A apuração ocorreu no dia 7 de junho, na sede da entidade, em São Paulo. A posse será em 25/7

A biomédica e professora titular da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Helena Bonciani Nader, foi reeleita presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), para um novo mandato de dois anos, de julho de 2013 a julho de 2015. Para os dois cargos de vice-presidente, foram reeleitos o físico Ennio Candotti, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e a psicóloga Dora Fix Ventura, da Universidade de São Paulo (USP), e, para o de secretário-geral, o biólogo Aldo Malavasi, da Biofábrica Moscamed Brasil.

Já para as três vagas de secretários, foram eleitos Edna Maria Ramos de Castro, da Universidade Federal do Pará (Ufpa), Regina Pekelmann Markus, da USP, e Marcelo Marcos Morales, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Como primeiro tesoureiro, foi eleito Walter Colli, da USP, e, como segundo, José Antonio Aleixo da Silva, da Universidade Federal de Pernambuco (Ufpe).

Todos os cargos da diretoria foram disputados por candidato único. Os eleitos serão empossados no dia 25 de julho, durante a 65ª Reunião Anual da entidade, que será realizada em Recife, entre os dias 21 e 26. A apuração das eleições na SBPC ocorreu no dia 7 de junho, na sede da entidade, em São Paulo, sob a coordenação da conselheira da SBPC, Lisbeth Kaiserlian Cordani, da USP, presidente da Comissão Eleitoral. O período de

Foto: Divulgação SBPC



O novo mandato de Helena vai de julho de 2013 a julho de 2015

votação foi aberto no dia 10 de maio e encerrado em 05 de junho. Os eleitores votaram somente pela internet.

Conselho

Para o Conselho, que é composto por 22 membros com quatro anos de mandato (2013-2017), havia 11 vagas em disputa nessas eleições. Conforme previsto no estatuto da SBPC, as candidaturas ao conselho ocorrem regionalmente. Para os estados que compreendem a Área A (Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), em que havia três vagas, para oito candidatos, foram eleitos Antonio José Silva Oliveira (Ufma), Elba Gomide Mochel e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Ufpa).

Nos estados da Área B (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) havia duas vagas para dois candidatos. Elas

serão preenchidas por Jailson Bittencourt de Andrade (Ufba) e Letícia Veras Costa Lotufo (UFC). Na Área C (Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso e Distrito Federal), a única vaga disponível foi disputada por três candidatos, sendo eleito Carlos Roberto Jamil Cury (PUC-MG).

A região da Área D, que compreende os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, dispunha de uma vaga para três candidatos. Ela foi preenchida por Claudia Masini D'Ávila Levy (Fiocruz). Pelo estado de São Paulo, Área E, foram eleitos Lucile Maria Floeter Winter (USP) e Vanderlan da Silva Bolzani (Unesp). Elas concorreram com outros dois candidatos. Para a última região, a Área F (Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), havia três vagas, que foram disputadas por cinco candidatos. Os eleitos foram Dante Augusto Couto Barone (UFRGS), Francisco de Assis Mendonça (UFPR) e Ruben George Oliven (UFRGS).

Secretários Regionais

Neste processo, foram eleitos também os secretários regionais da SBPC, para um mandato de dois anos (2013-2015). A representação regional é por estado. Os eleitos foram os seguintes:

Amazonas – Rosany Piccolotto Carvalho (UFAM).
Bahia – Nelson de Luca Pretto (UFBA).
Ceará – Armenio Aguiar dos Santos (UFC) e José Capelo Neto (UFC) (secretário regional adjunto).
Distrito Federal – José Leonardo Ferreira (UnB).
Goiás – Reginaldo Nassar Ferreira (UFG) e Romão da Cunha Nunes (UFG) (secretário regional adjunto).
Maranhão – Luiz Alves Ferreira (Ufma) e José Maurício Dias Bezerra (Ufma) (secretário regional adjunto).
Minas Gerais – Andréa Mara Macedo (UFMG) e Carlos Alberto Pereira Tavares (UFMG) (secretário regional adjunto).

Pará – Maria Elvira Rocha de Sá (Ufpa).
Paraíba – Natanael Antonio dos Santos (UFPB).
Paraná – Araci Asinelli Luz (UFPR) e Danislei Bertoni (Secretaria de Estado da Educação do Paraná) (secretário regional adjunto).
Pernambuco – Rejane Jurema Mansur Custódio Nogueira (Ufpe).
Rio de Janeiro – Marco Moriconi (UFF) e Alexander Kellner (UFRJ) (secretário regional adjunto).
Rio Grande do Norte – Maria Bernardete Cordeiro de Sousa (UFRN) e Hugo Alexandre de Oliveira Rocha (UFRN) (secretário regional adjunto).
Rio Grande do Sul – Máira Baumgarten (FURG) e Maria Alice Lahorgue (UFRGS) (secretário regional adjunto).
São Paulo (subárea I) – Roseli de Deus Lopes (USP) e Maria Inês Nogueira (USP) (secretário regional adjunto).
São Paulo (subárea III) – Francis de Moraes Franco Nunes (UFSCar).

JORNAL da CIÊNCIA

Publicação quinzenal da SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Conselho Editorial: Alberto P. Guimarães Filho, Jaime Martins Santana, Lisbeth Kaiserlian Cordani, Maria Lucia Maciel e Marilene Correa da Silva Freitas

Editor: Mario Nicoll

Redação e reportagem: Edna Ferreira, Vivian Costa, Viviane Monteiro e Paloma Barreto (estagiária).

Revisão: Mirian S. Cavalcanti

Diagramação: Sergio Santos

Ilustração: Mariano

Redação: Av. Venceslau Brás, 71, fundos, casa 27, Botafogo, CEP 22290-140, Rio de Janeiro, RJ. Fone: (21) 2295-5284. E-mail: <ciencia@jornaldaciencia.org.br>

ISSN 1414-655X

APOIO DO CNPq

Fique sócio da SBPC

Conheça os benefícios em se tornar sócio da SBPC no site <www.sbpnet.org.br> ou entre em contato pelo e-mail <socios@sbpcnet.org.br>.

Valores das anuidades 2013:

- R\$ 60: Graduandos, Pós-Graduandos, Professores de ensino médio e fundamental, sócios de Sociedades Associadas à SBPC.
- R\$ 110: Professores do ensino superior e profissionais diversos.

ASSINE NOSSAS PUBLICAÇÕES

JCE-Mail

Assine e receba diariamente. Cadastre-se gratuitamente em <www.jornaldaciencia.org.br/cadastro.jsp>.

ComCiência

Revista eletrônica de jornalismo científico da SBPC-LabJor. Site: <www.comciencia.br>.

Ciência e Cultura

Distribuição gratuita para sócios quites. Mais informações sobre venda e assinatura, entre em contato: <socios@sbpcnet.org.br> ou (11) 3355.2130.

Ciência Hoje

11 números: R\$ 105,00. Desconto para sócios quites da SBPC: R\$55,00. Fone: 0800-727-8999.

Ciência Hoje das Crianças

11 números: R\$ 79,00. Desconto para associados quites da SBPC: R\$ 35,00. Fone: 0800-727-8999.

MANTENHA SEU

CADASTRO ATUALIZADO

Sócio da SBPC: Mantenha seus dados cadastrais atualizados. Entre em contato com a Secretaria de Sócios: <socios@sbpcnet.org.br>

SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

R. Maria Antonia, 294 - 4º andar
CEP: 01222-010 - São Paulo/SP
Tel.: (11)3355-2130

Aciesp divulga estudo sobre cotas

Evasão e redução da qualidade dos cursos seriam riscos

Vivian Costa

As cotas sociais ou raciais nas universidades não seriam o melhor instrumento para facilitar o acesso ao ensino superior, não garantiriam que os alunos cotistas tivessem o desempenho esperado, além de encorajar a evasão e levar à redução da qualidade dos cursos mais competitivos. É o que sugere o estudo "Ações Afirmativas nas Universidades Brasileiras", feito sob encomenda pela Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp) e preparado por quatro especialistas na área de educação, os professores José Goldemberg, Eunice Durham, Maria Helena de Castro Guimarães e Simon Schwartzman.

O estudo foi apresentado no dia 6 de junho por José Eduardo Krieger e Regina Pekelmann Markus, presidente e diretora da Aciesp, respectivamente, e José Goldemberg, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP) e ex-ministro da Educação. Segundo Krieger, o estudo foi pedido porque há diversos aspectos que permeiam a questão. Uma das preocupações com o trabalho levantou é a formação educacional do cidadão até a entrada na universidade, que depende de diversas influências, como o ambiente familiar e a sociedade, além do ensino básico e fundamental. Segundo o estudo, a educação no país requer uma reestruturação competente, que exigirá tempo e investimentos vultosos para que ela seja qualidade. "Este trabalho é importante porque nos traz dados que serão importantes para ampliar as discussões e tomadas de decisão", afirmou Regina.

Para os autores do estudo, as cotas introduzem um novo tipo de discriminação, como exemplo dos quais são a discriminação contra o branco pobre (em relação ao negro pobre) e contra o pobre (branco ou negro), cuja família economizou para mandar o filho à escola privada, para prepará-lo melhor para os vestibulares. "O critério ideal para a implantação de ações afirmativas deveria basear-se na renda *per capita*", sugerem. Eles reconhecem que a discriminação social ou racial no Brasil é real, mas não apenas no acesso às universidades públicas, e deve ser eliminada. "O problema é decidir como fazê-lo, sem prejudicar o desempenho das universidades públicas, cuja excelência é indispensável para o desenvolvimento do país", escrevem nas suas conclusões.

Universidade pública: para além das cotas

Luciano Mendes de Faria Filho

Os movimentos que resultaram na elaboração, aprovação e operacionalização da política de cotas nas universidades públicas teve o mérito de explicitar e enfrentar as seculares desigualdades de acesso ao ensino superior público brasileiro. Ao reservar, por um prazo de 10 anos, 50% das vagas das universidades aos alunos oriundos da escola pública, foi dado um passo importante para a efetiva democratização do acesso a uma formação acadêmica e profissional de reconhecida qualidade no Brasil.

Há, no entanto, que considerar que, por si, a lei de cotas não resolve, a médio e longo prazos, nem a permanência dos alunos mais pobres na universidade e, muito menos, a criação de possibilidades para que uma tal lei não seja mais necessária em nosso país. É evidente que, sem desconsiderar fatores externos às políticas educacionais, como aquelas que se referem à distribuição de renda e de firme combate ao racismo, por exemplo, há muito que avançar no âmbito da educação pública para a efetiva garantia do direito a um ensino superior de qualidade.

"Há muito que avançar no âmbito da educação pública para a efetiva garantia do direito a um ensino superior de qualidade."

No âmbito das próprias universidades públicas, apesar da lei de cotas, a adesão ao Sistema de Seleção Unificada-Sisu, pode trazer uma ainda maior elitização do ensino superior público brasileiro. Isto porque, ao se nacionalizar a disputa pelas vagas e, ao mesmo tempo, não criar políticas locais de assistência aos estudantes – como moradia estudantil, por exemplo –, corre-se o risco de fazer com que apenas os alunos oriundos das camadas médias possam, de fato, continuar frequentando a universidade pois apenas eles terão condições de arcar com os custos da mobilidade suposta pelo Sisu.

De outra parte, sem um substancial aumento do investimento financeiro na educação básica, dotando as escolas de adequadas condições de ensino e os professores de carreiras e

salários dignos e atraentes, dificilmente daremos um passo à frente no combate àquelas condições que justificaram a aprovação da lei de cotas: a deficiente qualidade da escola básica pública.

"A discussão não deveria nos fazer esquecer o mais fundamental: a necessidade de uma urgente expansão do ensino superior público no Brasil."

No entanto, toda essa discussão sobre as políticas de cotas não deveria nos fazer esquecer o mais fundamental: a necessidade de uma urgente expansão do ensino superior público no Brasil. Na última década, apesar da expansão patrocinada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), as vagas oferecidas pelas instituições públicas caíram de 32% para apenas 25% das vagas do ensino superior brasileiro. Esta é uma das menores participações públicas na oferta de ensino superior do mundo!

Se queremos de fato democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil é preciso expandir as vagas e as instituições públicas. Todavia, tal expansão, tanto no que se refere à oferta de vagas quando das possibilidades de formação, dificilmente será realizada se continuarmos cultivando a ideia de que ela deve ser feita exclusivamente no modelo universitário, tal como tem sido pensada e realizada até hoje.

Expandir de fato o atual modelo universitário é impossível, devido aos seus custos, e, talvez, contraproducente. Boa parte dos países do mundo percebeu isto há várias décadas e, por isso, puderam democratizar o acesso ao ensino superior público. Até quando, sob o pretexto de defender uma "expansão de qualidade", continuaremos a impedir que o sistema público de ensino superior cresça e se diversifique para atender às aspirações e necessidades de formação de nossa juventude e da sociedade brasileira como um todo?

Luciano Mendes de Faria Filho é professor da UFMG e Coordenador do Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil - 1822/2022

Poucas & Boas

Ciências sem Fronteiras – "Daqui, eu vejo o Brasil de uma forma muito diferente. Vou levando muitas coisas, principalmente a sensação de poder fazer do meu país um lugar melhor. Depois que você vem para cá, você observa os defeitos do Brasil, mas percebe também a capacidade de mudá-los."

Daniel Leite Oliveira, estudante de engenharia mecânica e bolsista nos Estados Unidos pelo programa CsF (BBC Brasil, 6/6).

Finlândia – "Eu me sinto como uma rainha ensinando aqui. Ser professor na Finlândia é ser respeitado diariamente, tanto quanto qualquer outro profissional. O sistema é outro, o professor é o pilar da sociedade. Tenho total liberdade para avaliar meu aluno, tenho a lista de coisas de que ele tem de aprender até o fim do ano, mas como vou fazer fica a meu critério. Não preciso aplicar prova a toda hora, nem justificar nada para o coordenador."

Luciana Pölönen, brasileira e professora na Finlândia, país número 1 no ranking internacional sobre a qualidade do ensino (G1, 3/6).

Originalidade – "Não existe incentivo à originalidade e à diversidade de pensamento. Aqui, a tradição é entrar na iniciação científica em um laboratório e continuar nele durante o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado. Com isso, formamos jovens cientistas bitolados. Tudo o que eles sabem é pensar em detalhes daquele único assunto que vêm desenvolvendo desde a iniciação científica. E a política de contratação nas universidades privilegia os ex-alunos. Criam-se 'colônias' sem diversidade."

Suzana Herculanio-Houzel, neurocientista brasileira e professora do Instituto de Ciências Biomédicas da UFRJ, (Folha de S. Paulo, 10/6).

Reuni – "A lógica dessa política é: primeiro aumenta-se o número de vagas, depois se buscam 'soluções criativas', enquanto se aguarda a conclusão das intermináveis obras, assim como a burocrática e racionada nomeação de servidores, técnicos e docentes."

Denise Bessa Leda, professora da Universidade Federal do Maranhão, sobre o sistema de expansão do ensino superior, (Uol, 10/6).

Importação – "Essa medida é eleitoreira e inócua. É para agradar prefeitos. Eles só querem médico para fazer firula. O médico sozinho não consegue nada sem equipamentos, sem infraestrutura, sem ser respeitado."

Roberto Luiz D'Ávila, presidente do Conselho Federal de Medicina, (G1, 12/6)

Fapesp destinará R\$1,4 bi para Cepids

Lançamento de 17 novos centros de pesquisa foi realizado no Palácio dos Bandeirantes em SP

Vivian Costa

Com investimentos previstos de R\$ 1,4 bilhão, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) lançou oficialmente, no dia 6 de junho, 17 novos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids), em cerimônia no Palácio dos Bandeirantes. O evento contou com a presença do governador Geraldo Alckmin e diversos representantes da área científica, entre eles, a presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader.

Os recursos serão investidos ao longo de 11 anos, na realização de pesquisas competitivas em áreas estratégicas, com aplicação nos setores industrial e público, e difusão do conhecimento gerado para a sociedade, por meio de programas envolvendo, inclusive, alunos do ensino médio. "São Paulo investe mais em pesquisa que a Itália, o México, o Chile e a Argentina", disse Alckmin.

O governador de São Paulo classificou o lançamento como "um dia histórico para São Paulo". Ele destacou a importância de ter uma política estadual interagindo com os institutos de pesquisa das várias secretarias, as universidades, a Fapesp e os 17 parques tecnológicos do estado. "Se existe orgulho justo, um desses orgulhos justos são as nossas universidades e a Fapesp, que é um paradigma para as instituições similares existentes em todo o país", ressaltou.

A presidente da SBPC também elogiou o lançamento do programa. "Os Cepids são muito importantes para São Paulo e, consequentemente, para o país", disse Helena. "A SBPC espera que esse investimento gere um grande impacto nacional e que eleve a pesquisa do país a um novo patamar." Ela também exaltou a liberação de recursos de forma continuada. "Haverá uma avaliação periódica e isso trará tranquilidade para que os pesquisadores se dediquem aos seus projetos."

Enalteceu, ainda, o modelo bem-sucedido da Fapesp e a importância dela para a ciência, a tecnologia e a inovação de São Paulo. "Seu papel tem sido bem-sucedido e trazido benefícios para a sociedade do estado de São Paulo e para o país como um todo", disse. Do total que será investido, R\$ 760 milhões são da Fapesp e R\$ 640 milhões estimados em salários pagos pelas instituições sede aos pesquisadores e técnicos. A iniciativa envolve 499 cientistas do estado de São Paulo e 68 de outros países, como pesquisadores principais ou associados.

Alckmin também destacou o

investimento no programa e afirmou que esse aporte mostra o quanto São Paulo está à frente de muitos países da América Latina e Europa quando o assunto é pesquisa. "Nós temos um investimento proporcional ao nosso PIB, um dos mais elevados do mundo", disse. "Temos recursos humanos nas universidades do estado de São Paulo, que são extremamente importantes para o investimento em inovação e pesquisas pela iniciativa privada. Cerca de 61% das pesquisas de São Paulo são financiadas pelo setor privado. E isso é essencial para o desenvolvimento do Brasil."

A presidente da SBPC ressaltou a diversidade das áreas contempladas no programa. "Fico muito feliz, já que a ciência foi olhada como um todo, pois diversas áreas foram contempladas, entre elas, as da saúde, de ciências humanas e sociais e de engenharia, ciências naturais e matemática", disse. Celso Lafer, presidente da Fapesp, por sua vez, ressaltou os avanços realizados pelos 11 Cepids lançados em 2000. "Os primeiros 11 Cepids tiveram um impacto importante para o avanço do conhecimento no estado de São Paulo", declarou. "Agora, eles são 17, com o expressivo número de dez em cidades do interior, o que representa um processo harmônico de descentralização da geração de conhecimento."

Lafer também ressaltou a preocupação da fundação em trabalhar projetos com concepção semelhante à dos Cepids, mas adaptados às necessidades do setor produtivo, com o intuito de aproximar as empresas privadas das universidades e institutos de pesquisa e criar centros cofinanciados por indústrias e pela Fapesp. "Um desses projetos já resultou num acordo de cooperação com a companhia automobilística Peugeot-Citroën, que vai criar um Centro de Pesquisas em Engenharia por pelo menos dez anos", contou. "O objetivo é desenvolver projetos sobre motores de combustão interna, adaptados ou desenvolvidos especificamente para biocombustíveis. Outros estão em negociações, um deles com a empresa farmacêutica GSK, numa demonstração de entrosamento entre o setor produtivo e a Fapesp, em benefício do nosso estado."

Parcerias - Segundo o diretor científico da Fapesp, Carlos Henrique de Brito Cruz, mais da metade do dispêndio em pesquisa e desenvolvimento no estado de São Paulo é feito por empresas, diferentemente do que acontece no restante do país, onde a participação da iniciativa privada é menor. "Isso só ocorre

em lugares onde há vitalidade e força no setor acadêmico", disse. "É impossível acontecer sem boas universidades e boa formação de pessoal. Por isso, mais da metade das patentes registradas no Brasil originam-se de São Paulo."

Ao apresentar os 17 centros, Brito Cruz contou que o processo de seleção durou 20 meses, da apresentação dos 90 projetos à escolha dos aprovados. Mobilizou 150 revisores brasileiros e estrangeiros e um comitê internacional formado por 11 cientistas convidados, além dos comitês internos da Fapesp. Segundo ele, as propostas apresentadas foram avaliadas pelo mérito científico, ousadia, originalidade, competitividade internacional e pela qualificação das equipes e suas lideranças. Cada um dos Cepids contará com um comitê consultivo internacional. Eles terão sua continuidade avaliada pela Fapesp no segundo, quarto e sétimo anos.

Ele também ressaltou outras características importantes dos Cepids. "Esses centros podem ainda criar condições para que cientistas no Brasil trabalhem em problemas de grande complexidade, tendo tranquilidade e certeza sobre o financiamento que irá receber nesse período de 11 anos", explicou. "Eles também vão dar oportunidades de agregar cientistas em grupos de pesquisas com várias especialidades, que podem gerar impacto econômico e social."

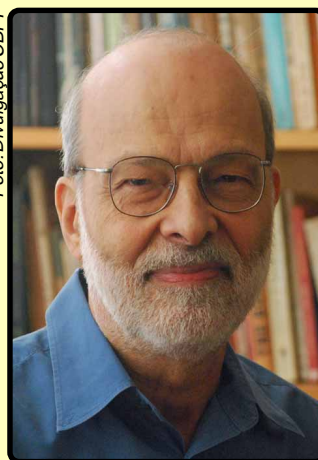
O diretor científico da Fapesp também acredita que esse grande investimento servirá para incentivar novos pesquisadores. "Essa iniciativa indica estabilidade na área de pesquisa e isso ajuda a criar, entre os jovens, a ideia de que a carreira de cientista é recompensadora", disse. "Que é uma carreira onde há recursos para que ele possa fazer as descobertas que ache que dá para fazer."

A presidente da SBPC também acredita que esse investimento irá estimular a adesão de pessoas à área científica. "Isso já vem acontecendo", afirmou. "Mas com esse investimento sistêmico, ainda é possível atrair pesquisadores estrangeiros. Principalmente nos dias de hoje, em que diversos países têm realizado cortes em algumas áreas." Helena disse ainda que, mesmo com esse investimento expressivo, ainda há espaço para novos aportes. "Temos investimentos no CNPq, mas é preciso mais, visto que houve uma grande demanda de propostas, ao todo 90, e só 17 foram contempladas", explicou. "Quem sabe esse programa incentive o governo federal a ampliar os investimentos na área científica e contemple outros projetos."

Pesquisador do CBPF assume ICH

Alberto Passos Guimarães é membro fundador do instituto

Foto: Divulgação CBPF



A partir de julho e pelos próximos dois anos, o físico Alberto Passos Guimarães, pesquisador emérito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, estará à frente do Instituto Ciência Hoje (ICH), entidade que desenvolve atividades educativas e de divulgação científica, vinculada à SBPC. Membro fundador do Instituto, o pesquisador avalia que as ações do ICH assumem hoje três frentes principais: a publicação mensal das revistas *Ciência Hoje* e *Ciência Hoje das Crianças*, o portal CH-Online e os programas de apoio à educação, desenvolvidos em conjunto com escolas públicas do país.

Para Guimarães, esses projetos complementam-se e devem ser reforçados nesta próxima gestão. "A revista *Ciência Hoje* foi criada há 30 anos (completados em 2012) com uma proposta absolutamente inovadora, que até hoje se mantém: deixar os cientistas 'falarem' diretamente com o público, com o mínimo de intervenção dos jornalistas; reservar espaços equivalentes para as ciências exatas e as humanas e sociais, e falar da ciência feita no Brasil", afirma.

As iniciativas do ICH voltadas para educação têm como carro-chefe o Programa Ciência Hoje de Apoio à Educação, ou PCHAE. Com foco na alfabetização científica e na capacitação do professor, está presente em 20 municípios brasileiros e já beneficiou mais de 600 mil crianças e 13 mil professores do ensino fundamental. Fruto de uma parceria entre as prefeituras e o Instituto Ciência Hoje, o PCHAE tem como instrumento a revista *Ciência Hoje das Crianças*, utilizada como material de sala de aula. O programa foi agraciado em 2012 pela presidente Dilma com o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Muitos gastos e pouca bolsa

Auxílios de pesquisa desvalorizados e elevado custo de vida em algumas cidades obrigam bolsistas a diminuir o padrão de sobrevivência

Paloma Barreto

No dia 8 de março de 2012, o colombiano Robinson Acosta desembarcou no Rio de Janeiro para aproveitar uma oportunidade. Ao contrário de muitos estrangeiros, ele não pretendia fazer turismo no Corcovado ou na praia de Copacabana. Veio fazer mestrado no Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), onde atualmente pesquisa gravitação e cosmologia. Financiado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o físico afirma ser muito difícil fazer pós-graduação na Colômbia. Sobre o Brasil, Robinson tem outra reclamação: a insuficiência do valor das bolsas de pesquisa para manter um bom padrão de vida no Rio.

Assim como ele, outros pesquisadores queixam-se do aperto no bolso. A principal causa apontada é a combinação das bolsas desvalorizadas com o alto custo de vida. Robinson recebe 1.500 reais por mês para pagar aluguel, comida e transporte, seus principais gastos. Para economizar, ele abdica da comodidade e põe a mão na massa. “No meu caso devo cozinhar, pois comprar comida na rua e restaurantes é excessivamente caro”, explica o pesquisador.

A constatação do colombiano é confirmada em *ranking* elaborado pela consultoria Mercer, em 2012, segundo a qual o Rio de Janeiro é a 13ª cidade mais cara do mundo para se viver. Na América Latina, perde apenas para a compatriota São Paulo. Comer fora, por exemplo, está virando artigo de luxo para a maior parte dos cariocas. Pesquisa realizada pela Assert (Associação das Empresas de Refeição e Alimentação Convênio para o Trabalhador) mostra que o Rio tem a refeição mais cara do Brasil.

A principal reclamação dos moradores, contudo, é o aluguel. E também tem explicação: em 2012, o Rio atingiu a 10ª posição internacional no valor da locação de apartamentos de três quartos e alto padrão, segundo um levantamento feito pela Eca Internacional. No Brasil, é o Leblon, bairro da zona sul carioca, que detém o metro quadrado mais caro do país.

Apesar das disparidades entre os custos de vida das diferentes cidades brasileiras, agências de fomento como CNPq e Capes têm um valor padrão para as bolsas em todo país. Já no programa Ciências Sem Fronteiras, que é vinculado às duas agências, os intercambistas em



cidades com alto custo recebem um adicional. Nesta quarta-feira, 12 de junho, o CNPq publicou que bolsistas do Reino Unido, por exemplo, receberão 400 libras a mais na mensalidade.

Como os bolsistas que se mantêm aqui não contam com esse adicional, eles são obrigados a improvisar soluções. A saída encontrada por Robinson para fugir dos altos preços de bairros nobres foi morar na Vila Parque da Cidade, uma comunidade popular situada dentro da Gávea, na zona sul carioca. Paga 400 reais de aluguel para dividir apartamento com outros colombianos, como Harold Camargo, que veio da cidade de Barranquilla fazer

doutorado de física na PUC-Rio.

Harold tem sua pesquisa sobre eletrônica orgânica financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). “Não tenho planos de saúde e odontologia porque não dá para pagar. É fundamental ter saúde, mas os preços são elevados”, desabafa o colombiano. “Acho que Rio não é a cidade maravilhosa que todos pensam, é muito cara sim, em todos os aspectos. E a inflação continua aumentando, principalmente agora com a Copa do Mundo e Jogos Olímpicos”, critica.

O mexicano Eduardo Lopez vive há sete anos na cidade e afirma que, desde a sua chega-

da, o aluguel aumentou de 300% a 400%. As bolsas de pós-graduação, no entanto, aumentaram 63% desde 2008. O último aumento aconteceu em abril deste ano, quando Capes e CNPq aumentaram as bolsas em 10%. “Para poder morar em Copacabana tenho que dividir um apartamento de dois quartos com cinco pessoas, e eu divido meu quarto com outro colega”, explica Eduardo, que pesquisa biomateriais no CBPF. Mesmo nessas condições, o mexicano ainda desembolsa 650 reais por mês para o aluguel.

Lopez acredita que sua bolsa de pós-doutorado de 3.200 reais, paga pelo Centro Latino-Americano de Física (CLAF), está dando conta do seu padrão de vida, já que é solteiro e não possui seguro saúde. Mesmo assim, ele faz queixa pelos outros estudantes. “Muitos colegas estão indo morar nas favelas, que, com a demanda, também estão ficando caras. O problema é pior para os estudantes de mestrado e doutorado, porque suas bolsas são bem menores”, protesta o mexicano.

Professor de Economia da UFF, Victor Araújo aponta uma razão para o aumento dos preços dos imóveis. “Com a taxa de juros básica em patamares mínimos históricos, os imóveis tornaram-se alvo preferencial de muitos investidores: compra-se esperando a sua valorização, para posterior revenda”. Victor explica que o crescimento da modalidade de crédito habitacional consegue gerar a demanda de que esse investidor precisa.

Alto custo em valores

Valores adicionais concedidos pelo CNPq aos bolsistas que residem em cidades com elevado custo de vida:

EUA (400 dólares)

Baltimore, Berkeley, Boston, Cambridge, Chicago, Los Angeles, Madison, Miami, New Haven, Nova York, Oakland, Pasadena, Princeton, San Diego, San Francisco, Santa Ana, Stanford e Washington.

Canadá (452 dólares canadenses)

Abbotsford, Calgary, Edmonton, Halifax, Langley, Montreal, Oshawa, Ottawa, Richmond, Surrey, Toronto, Vancouver, Victoria, Waterloo e Winnipeg.

Europa (400 euros)

Amsterdã (Holanda), Copenhague (Dinamarca), Estocolmo (Suécia), Frankfurt (Alemanha), Genebra (Suíça), Paris (França), Roma e Milão (Itália), Viena (Áustria), e Zurique (Suíça).

Reino Unido (400 libras)

Londres.

Austrália (507 dólares australianos)

Melbourne e Sydney.

Japão (45.812 ienes)

Osaka e Tóquio.

Outros países (400 dólares)

Seul (Coreia do Sul).

Adicional no CsF

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) aprovou a criação de um adicional às mensalidades dos bolsistas do programa Ciência sem Fronteiras (CsF) que residem em cidades consideradas de alto custo. A resolução foi publicada no *Diário Oficial da União* na última quarta-feira, 12 de junho.

O valor adicional é o mesmo para todas as modalidades de bolsas do CsF, que são graduação-sanduíche, desenvolvimento tecnológico e inovação, doutorado pleno, doutorado-sanduíche, estágio pleno e estágio sênior. Na Europa, por exemplo, os valores pagos pelo CNPq variam entre 870 euros, para graduação, e 1.700, para estágio sênior. Com o reajuste, os intercambistas em cidades de alto custo passarão a receber entre 1.270 e 2.200 euros.

Código de Ciência e Tecnologia deve ser desmembrado

As mudanças propostas foram decididas depois de diversas audiências e conversas com representantes da comunidade científica

A Relatoria da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que analisa o Projeto de Lei 2.177/11 propôs desmembrar os vários subtemas tratados na proposta do novo Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI) para que sejam trabalhados adequadamente. Assim, deverá ser elaborada uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC); um Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC); uma legislação específica de Acesso à Biodiversidade; e um projeto de lei que incorpore itens do PL 2.177/11, Lei de Inovações e outras similares. O anúncio foi feito pelo relator do projeto, deputado Sibá Machado, em audiência pública realizada na Fiocruz, no dia 13 de junho.

“Não é mais um código, mas um conjunto de leis”, explicou o relator, que destacou a importância da mobilização dos deputados para tramitação e aprovação das iniciativas. Machado informou que o texto original já foi bastante alterado, assim como o escopo da lei, que não tramitará mais como código. As mudanças foram decididas depois de audiências e conversas com especialistas do Governo e instituições. “Um código engessaria uma área que precisa ser altamente flexível. Vimos também que havia questões que não poderiam ser encaminhadas pelo Legislativo, seria vício de iniciativa”, explicou.



O anúncio foi feito em audiência pública realizada na Fiocruz

No texto original, o PL “institui o CNCTI com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país”. No auditório lotado da Escola Nacional de Saúde Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), os deputados apresentaram o estágio atual da tramitação do projeto e ouviram sugestões dos profissionais da Fiocruz e demais participantes.

Participaram da mesa de debates os deputados federais Sibá Machado (PT-AC), Edson Santos (PT-RJ); Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Jorge Bittar (PT-RJ); o secretário executivo do Ministério da Ciência, Luiz Antonio Elias; o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Carlos Gadelha; o secretário municipal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Augusto Raupp; e o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha. Estiveram pre-

sentes Nelson Brasil, primeiro vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas especialidades (Abifina), e Luiz Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia), entre outros especialistas.

Carlos Gadelha falou da importância do encontro. “Qual é o grande desafio desta iniciativa? Que o gesto represente a intenção. A intenção de colocar ciência e tecnologia em patamares diferentes, com o cuidado para que a lei contribua para tal diferencial”, afirmou. “Para tanto, o projeto deve refletir sobre o que é inovação, que deve ser entendido também como fazer aquilo que não era feito antes, dando bases legais para isso”, afirmou. “Temos que começar a produzir insumos estratégicos de pesquisa no país, que ter espaço para

uma política menos dependente exteriormente”, disse ele.

Restrições em concursos públicos - O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, disse que a legislação discutida faz parte de uma reforma do Estado. Destacou a importância de definir o conceito de inovação e da forma de tratar as relações entre o público e o privado. “Sabemos que é uma estratégia progressiva, que não é possível tratar tudo de uma só vez, mas há vários assuntos importantes”, disse o presidente ao destacar o tema concurso, formação e renovação de lideranças. Gadelha referiu-se à restrição de abrir vagas no serviço público apenas para profissionais no início de carreira.

Durante o debate, os participantes fizeram muitas críticas à forma burocrática como a pesquisa é tratada pelos órgãos reguladores e enumeraram dificuldades para compras de insumos. O relator Sibá Machado pediu que as sugestões e críticas fossem encaminhadas de forma organizada para a comissão, por escrito, para que fossem incorporadas ao texto como contribuições da Fiocruz. Edson Santos anunciou duas novas audiências: em 1º de julho, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo; e em 9 de julho, na Câmara dos Deputados, em Brasília, com a presença de ministros.

Nova regra do CsF exclui candidatos

Exigência de nota no Enem frustra planos de estudantes brasileiros

Edna Ferreira

O programa Ciência sem Fronteiras, que abriu suas inscrições no dia 4 de junho, desapontou muitos estudantes que sonhavam ir para o exterior estudar. Esta edição do programa trouxe uma novidade para os candidatos: para concorrer a uma bolsa de graduação-sanduiche para Canadá, Alemanha, Estados Unidos, Hungria e Japão, agora é preciso ter feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – nas edições a partir de 2009 – e ter alcançado, no mínimo, nota 600. As inscrições vão até 8 de julho no site do programa.

A principal queixa é que antes de 2013 o exame não era utilizado em larga escala em processos seletivos em universidades federais que participam do Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Por isso, muitos candidatos deixaram de prestar o Enem em anos anteriores, e, portanto, não podem concorrer a uma bolsa agora no Ciência sem

Fronteiras. Desde que o programa foi criado, em julho de 2011, a nota do Enem era usada apenas como critério de desempate entre concorrentes.

Outro problema que está sendo enfrentado pelos estudantes é que muitos ingressaram na universidade antes de 2009, e, portanto, mesmo se tivessem feito o Enem, eles não se encaixariam na exigência. Alguns estudantes já haviam pago inscrição em provas de proficiência de língua estrangeira (uma das exigências do programa) e tirado o passaporte. Além disso, mesmo se os candidatos prestassem o Enem deste ano, os calendários do exame e do programa não coincidiriam.

Sem efeito - A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) reconheceu que para esta chamada o Enem 2013 pode não ter efeitos práticos. Diante disso, o órgão recomenda que os candidatos prestem o exame para futuras convocações. O exame não

é apenas um indicador de qualidade para o ensino médio, mas também um dos instrumentos de política pública destinados a democratizar as oportunidades de acesso ao ensino superior.

A Capes lembra que o Enem passou a ser usado pelas instituições estrangeiras “como parâmetro de qualidade para a aceitação e alocação dos estudantes brasileiros em seus cursos”.

Petição eletrônica – Sentindo-se prejudicados com a nova exigência do programa Ciência sem Fronteiras, que incluiu o Enem como pré-requisito para a candidatura a uma bolsa de graduação no exterior, estudantes criaram uma petição eletrônica no site Avaaz para que o Ministério da Educação (MEC) reveja a decisão.

De acordo com o documento, “os critérios considerados como de desempate (Carga horária cumprida, Projetos de Iniciação Científica, Prêmios Acadêmicos) deveriam ter maior peso em relação ao Enem, que como o próprio nome diz, refere-se aos estudos do segundo e não terceiro grau”.

Até o dia 14 de junho, 6.339

assinaturas já haviam sido coletadas. Os estudantes têm como meta alcançar a marca de 7.500 assinaturas. Eles pretendem levá-las ao ministro, Aloizio Mercadante, e ao presidente do CNPq, Glaucius Oliveira.

No Facebook, foi criado um grupo chamado “ENEM CsF”, com 821 membros. Lá, universitários descontentes com a nova regra organizam o debate e argumentam alternativas para assegurar a candidatura a uma bolsa no programa. Eles não descartam a possibilidade de todos entrarem juntos com um mandado de segurança preventivo contra a nova exigência do programa.

De acordo com matéria do jornal *O Globo*, em nota, o governo federal afirmou que “não abre mão do Enem como o principal critério de seleção de candidatos à bolsa de estudo no programa Ciência sem Fronteiras, uma vez que o referido exame não é apenas um indicador de qualidade para o ensino médio, mas também um dos instrumentos de política pública voltado a permitir maior democratização das oportunidades de acesso ao ensino superior”.

Urgência: lei de acesso ao patrimônio genético

Audiência pública debateu novas regras para que pesquisadores tenham acesso a componentes da biodiversidade brasileira

As regras para o acesso ao patrimônio genético brasileiro não devem ser tratadas em artigo do novo código de CT&I e sim em lei específica. Este foi o posicionamento da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), defendido por Beatriz Bulhões, representante da instituição em outra audiência pública da Comissão Especial do PL 2177/2011, realizada no dia 4 de junho, no Senado. O tema desse encontro foi o acesso à biodiversidade brasileira, de que trata o Artigo 32 do projeto.

Para a SBPC, o tema não deve estar no CNCTI, e sim num novo marco legal que substitua a MP 2186-16/2001. "Precisamos de regras mais claras, objetivas, menos burocráticas que a MP e que tragam segurança jurídica para todos os usuários", defendeu a assessora especial da instituição. A Medida Provisória (MP) a que Beatriz se refere é o principal instrumento legal hoje existente para regulamentar o acesso ao patrimônio genético brasileiro e aos conhecimentos tradicionais associados.

Em vigor há mais de uma década, a MP tem sido alvo de críticas ao longo dos anos, por impor exigências que criam obstáculos à pesquisa científica. Desde o início, a SBPC participa da discussão e contribui com o aperfeiçoamento de algumas de suas normas. De acordo com Beatriz, os impactos negativos da MP na pesquisa foram minimizados por normas infralegais que flexibilizaram exigências e diminuíram a burocracia. "Apesar dos avanços ao longo dos anos, é urgente que o Brasil tenha sua lei de acesso ao patrimônio genético, de modo a proporcionar maior segurança jurídica", alertou.

A proposta dessa nova lei está sendo coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Representante do Governo, Fernando Tatagiba, secretário substituto de Biodiversidade e Florestas do MMA, afirmou que apoia qualquer movimento que facilite a pesquisa. Segundo ele, o próprio MMA beneficia-se da atividade científica e de seus resultados. "São fundamentais para a formulação e implementação de políticas relacionadas à conservação da biodiversidade, à identificação de áreas prioritárias para conservação, e à identificação de caminhos para promover o uso sustentável do patrimônio natural do Brasil", explicou o secretário.

O MMA, no entanto, posiciona-se a favor do teor do Artigo 32 do projeto do CNCTI. "O seu objetivo é o mesmo que vem sendo trabalhado na construção do novo marco legal que em breve vai chegar ao Senado", comparou Tatagiba, com a ressalva de que



o referido artigo deve fazer menção à necessidade de observância do marco legal sobre acesso ao patrimônio genético e a repartição de benefícios.

Em sentido contrário, Henrique Varejão, procurador-chefe da Procuradoria Federal do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), reforçou a ideia de que o Artigo 32 aumentaria a insegurança jurídica. "Tratar toda a complexidade do tema em um artigo do novo código não contribui para dar estabilidade jurídica ao sistema", opinou. Para ele, a aprovação do artigo alteraria uma série de dispositivos da MP, sem revogá-la expressamente. "Isso dificultaria o trabalho do jurista e do operador do Direito no dia a dia" presumiu. "Já a aprovação do novo marco legal incorpora a ideia posta no Artigo 32 do projeto do código e traz a revogação expressa da MP vigente", explicou.

Responsável pelo controle, fiscalização e conservação ambiental, o Ibama aplica hoje a MP vigente. Varejão reconhece, contudo, que as regras precisam ser alteradas para facilitar a pesquisa e o uso sustentável dos componentes da biodiversidade. Em sua visão, a proposta do novo marco legal diminuirá as exigências e facilitará o acesso.

Entre outras normas, o projeto do Governo, propõe a criação de um cadastro autodeclaratório, a ser preenchido pelo próprio pesquisador. A proposta é diminuir a burocracia para a pesquisa, sem abrir mão das informações de

que o Poder Público precisa para exercer o devido controle.

No caso de haver comercialização, seria necessária uma autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) para garantir a repartição de benefícios daquele produto desenvolvido, destravando o procedimento atual. A ideia é dispensar a autorização para a pesquisa e exigir autorização somente quando houver um potencial produto ou viabilidade comercial. A regra facilitaria o acesso para fins de pesquisa, postergando a autorização do CGEN quando necessária.

Em substituição às autorizações prévias, a SBPC defende a criação de um credenciamento eletrônico para as instituições de pesquisa e desenvolvimento. Reconhece, entretanto, a importância de se manter o consentimento prévio das comunidades locais e dos povos indígenas, para acesso ao conhecimento tradicional associado, garantindo o direito de tais comunidades negarem o acesso ou receber benefícios advindos dele.

"A lei deve priorizar mecanismos de prestação de contas e de

transparência, e não de instrumentos de comando e controle, como é hoje", opinou Beatriz Bulhões. O entendimento da SBPC é de que não é possível controlar a biodiversidade brasileira apenas com legislações. Para a instituição, é preciso estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, valorizar o conhecimento tradicional das comunidades locais e dos povos indígenas. "Só com conhecimento é que serão alcançados os objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e a repartição de benefícios correspondentes. Para isso, a pesquisa científica é fundamental", lembrou a assessora especial da SBPC.

O deputado Sibá Machado, relator do PL 2177, disse estar consciente de que o Governo trabalha na reformulação do marco legal. Afirmou, no entanto, que precisa do compromisso de que o projeto será encaminhado ao Congresso. "Para retirar a previsão desse assunto do texto do CNCTI, preciso desse compromisso do Governo", afirmou.

Regime diferenciado de contratações

Há anos, a comunidade científica tenta resolver os problemas apontados nas audiências públicas realizadas este mês. Em 2009, a SBPC e Academia Brasileira de Ciência (ABC) entregaram um documento ao então presidente Lula com uma relação de problemas, dentre eles a questão das compras e aquisições para as atividades de ciência e tecnologia. O texto deu origem à proposta do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Em outra audiência pública da comissão especial, realizada no dia 21 de maio no Senado, pesquisadores e cientistas propuseram a flexibilização das regras de contratações para a área de Ciência e Tecnologia. Eles advertiram que o Brasil está competindo com

outros países, onde as regras permitem a rapidez necessária. Por que o Brasil tem um regime diferenciado de contratações para obras da Copa do Mundo, mas engessa a pesquisa científica? O questionamento foi feito pela presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, presente no encontro.

"É preciso um olhar diferenciado para a ciência. Senão, vamos continuar comprando pacotes, vamos continuar sem uma indústria verdadeira, nacional. E vamos comprar da China, que é o que estamos fazendo hoje", criticou Helena. "Precisamos acordar e ver que o resto do mundo está caminhando em uma velocidade assustadora", propôs.

Contradições entre a MP 614 e a Lei de Inovação

O alerta foi feito por Helena Nader em entrevista ao programa Estúdio Univesp, da Univesp TV

Em entrevista concedida no dia 4 de junho ao programa Estúdio Univesp, da Univesp TV, a presidente da SBPC, Helena Nader, chamou a atenção para as contradições entre a Medida Provisória 614, de 14 de maio de 2013, e a Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a chamada Lei da Inovação. A principal delas pode deixar muitos pesquisadores, contratados de universidades públicas pelo regime de

dedicação exclusiva e que prestam assessoria a empresas, em situação irregular perante a lei.

Helena explicou que a Lei 12.772 estipulou que pesquisadores em regime de dedicação exclusiva poderiam prestar assessoria a empresas por um período máximo de 30 horas anuais, o que é muito pouco. De acordo com a presidente da SBPC, a MP 614 trouxe uma melhora em relação a isso, au-

mentando esse período para 120 horas. Mas essa situação contradiz a Lei da Inovação. "Com a MP e as 120 horas, aqueles professores que estiverem hoje fazendo assessoria conforme dizia a Lei de Inovação ficam num buraco negro (legal)", alertou Helena. A íntegra da entrevista da presidente da SBPC está disponível na internet e pode ser assistida no endereço www.youtube.com/watch?v=szbnY81JDBA.

História, Ciências, Saúde - Manguinhos entra no mundo virtual com *blog* e páginas no Facebook e no Twitter

Novos espaços de comunicação da revista pretendem ampliar número de leitores e abrir espaço de discussão dos artigos publicados

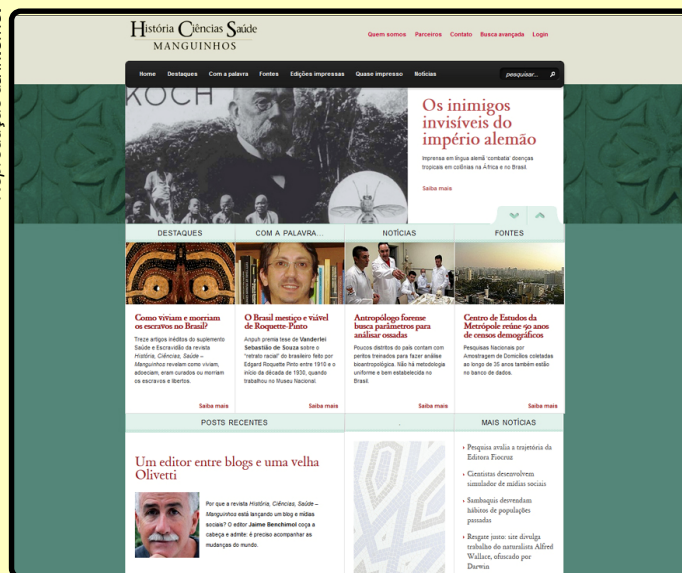
Edna Ferreira

A revista científica *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, da Casa de Oswaldo Cruz (COC), acaba de estrear nas redes sociais para difundir seu conteúdo por novas fronteiras. Além de uma página no Facebook e um perfil no Twitter, a publicação também lança seu *blog*, todos com o objetivo de ampliar o alcance e as possibilidades de leitura. Os textos publicados terão diferentes abordagens e pontos de vista, por exemplo, através de entrevistas com os autores e da troca de ideias com os leitores.

Com linguagem mais leve, os novos espaços de comunicação pretendem atrair pesquisadores, estudantes, professores, jornalistas e muitos outros interessados na história das ciências e da saúde. Além de fortalecer a presença em regiões de língua portuguesa e espanhola, *HCS-Manguinhos* quer aumentar sua visibilidade internacional. Para isso, tanto os perfis nas redes sociais quanto o *blog* terão, em breve, versão em inglês.

Para Roberta Cardoso Cerqueira, editora executiva da publicação, há muitas vantagens em se ingressar no mundo virtual. "Estar nas redes sociais ajudará a divulgar os artigos já publicados e os que ficarão disponíveis em *ahead of print*. Será uma oportunidade de colaboradores e leitores

Reprodução da internet



Os textos publicados no novo blog têm diferentes abordagens

partilharem as pesquisas, numa troca mais dinâmica", afirmou.

Ainda de acordo com a editora, a iniciativa também contribuirá para a divulgação de outros trabalhos de autores que publicam na *HCS-Manguinhos*. "Creio que será uma experiência interessante para o autor ter a oportunidade de responder questões ou dúvidas dos leitores ou de poder falar um pouco mais da pesquisa que desenvolveu, já que planejamos realizar bate-papos com os pes-

quisadores que enviam seus trabalhos para a *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*", acrescentou Roberta.

A iniciativa da revista científica no mundo virtual conta com apoio da Scielo, biblioteca digital que abriga uma coleção de periódicos científicos de primeira grandeza do Brasil, da América Latina e da Península Ibérica. A Scielo tem incentivado essas publicações a ingressarem nas redes sociais, de forma a ampliar os acessos aos conteúdos.

Quanto ao *blog*, as expectativas de Roberta são as melhores. "Espero que a produção científica publicada em *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* amplie seu alcance e consiga atrair mais leitores para a revista e, consequentemente, citações aos nossos artigos. É uma grande oportunidade que teremos para atrair leitores e, com as redes sociais, dar oportunidade aos pesquisadores de ter um *feedback* dos seus trabalhos. Esperamos também intensificar o diálogo com os pesquisadores estrangeiros, cada vez mais fortalecendo o campo de pesquisa em que o periódico publica", explicou ela.

De forma geral, a editora executiva da *HCS - Manguinhos* vê com otimismo o uso desses recursos e acredita que os pesquisadores vão gostar das novidades. "A nossa preocupação é publicar no *blog*, no Facebook e também no Twitter informações que despertem o interesse dos leitores e que possam complementar os artigos. Há um público de pesquisadores novos que já utiliza bastante as redes sociais e, agora, poderá usá-la também como ferramenta para divulgação dos artigos de forma mais dinâmica. Estamos apostando que a receptividade seja boa e que consigamos conquistar mais leitores e citações para a revista", anima-se Roberta.

Conselho deliberativo do CNPq

Presidente do Confap tomou posse na maior instância do órgão

Na quarta-feira, dia 12 de junho, Sergio Gargioni, presidente do Confap e da Fapesc (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina), tomou posse no Conselho Deliberativo do CNPq, maior instância de poder decisório do órgão. Entre seus membros natos (não designados) estão o presidente do CNPq, o secretário-executivo do Ministério da

Ciência, Tecnologia e Inovação e representantes da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), do Confap (Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa). É na condição de presidente do Confap que Gargioni assumiu o posto.

Vice-presidência da Fiocruz tem mudança

Rodrigo Stabeli, coordenador da Fiocruz Rondônia, ocupará o cargo

A vice-presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência (VPPLR) da Fiocruz tem novo gestor: Rodrigo Stabeli, coordenador da Fiocruz Rondônia, ocupará o cargo. Stabeli ingressou na Fiocruz em 2012 como especialista na área de biotecnologia, mas vem atuando na instituição desde 2003,

quando foi firmado convênio entre a Fundação e o Instituto de Pesquisas em Patologias Tropicais (Ipepatro), órgão que deu origem à Fiocruz Rondônia.

Após quatro anos e meio à frente da VPPLR, a pesquisadora titular Claude Pirmez deixa o cargo. A Presidência da Fiocruz agradeceu sua dedicação e empenho.

Previsão de tempo com altíssima resolução para a América do Sul

CPTEC do Inpe lança nova versão do modelo regional Brams

Uma nova versão do modelo regional Brams de previsão de tempo, que cobre toda a América do Sul, foi lançada pelo Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe/MCTI). O Brams, versão 5.0, já está operacional para até sete dias.

O modelo gera previsões com resolução espacial de 5 quilômetros, enquanto o anterior fornecia previsões com resolução de 20 quilômetros. O avanço só foi possível devido à alta capacidade de processamento do novo supercomputador Cray, do Inpe, o Tupã, instalado no CPTEC, em Cachoeira Paulista (SP).

Os desenvolvimentos para tornar a nova versão do Brams operacional levaram cerca de um ano. Para cobrir toda a extensão da América do Sul, foram

necessárias 1.360 x 1.480 células horizontais e 55 níveis verticais. As células de grade, num total de 110 milhões, aproximadamente, são processadas simultaneamente nos 9.600 processadores do Cray, em computação paralela.

Este esforço coordenado pelo Grupo de Modelagem Atmosférica e Interfaces (Gmai) colocou o CPTEC em posição de competitividade em relação aos principais centros operacionais do mundo. O centro de previsão do National Centers for Environmental Prediction (NCEP), por exemplo, gera previsões a partir de um modelo similar – o National Mesoscale Model – de 4 quilômetros, 70 níveis verticais e grade de 1.371 x 1.100 células, que cobre toda a região continental dos Estados Unidos.

(Ascom do Inpe)

Pesquisadores mobilizam-se por adicional de bancada

Grupo lançou petição eletrônica em busca de apoio a seu pedido

Edna Ferreira

Um grupo de pesquisadores com Bolsa Produtividade Nível 2 (PQ2), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), encaminhou no dia 3 de junho ao conselho e também ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) uma solicitação de extensão do direito à taxa de bancada concedido aos Bolsistas Produtividade Nível 1 (PQ1) e aos Bolsistas de Doutorado e Pós-doutorado do órgão. A ação de caráter coletivo argumenta que os bolsistas nível 2 têm as mesmas responsabilidades de produtividade científica que as demais categorias de bolsistas PQ, que recebem o adicional de bancada.

De acordo com o texto, sem o adicional os bolsistas PQ2 muitas vezes dependem de autofinanciamento para a apresentação de seus trabalhos em eventos científicos, as traduções de seus textos para publicação no exterior, a realização de trabalho de campo, aquisição de equipamentos, material bibliográfico etc. Assim, a indisponibilidade do adicional de bancada coloca os Bolsistas PQ2 em situação de desigualdade não apenas em relação a seus pares, Bolsistas PQ1, mas também a seus próprios orientandos de doutorado e pós-doutorado, que também contam com o adicional.

A pesquisadora Suely Frago, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), uma das signatárias do documento, considera legítimo o movimento, porque ajuda a romper com um gargalo que hoje se coloca para o desenvolvimento científico do país. "O Estado brasileiro vem investindo há décadas na formação de pesquisadores, por exemplo, através de bolsas de mestrado e doutorado no país e no exterior. O resultado desses investimentos é positivo e fácil de visualizar – hoje o país conta com uma comunidade de pesquisadores maior e mais bem qualificada. Entretanto, uma boa formação não é suficiente para garantir a viabilidade de uma pesquisa, nem a circulação de seus resultados através de publicações, participação em eventos etc", opinou.

Ela argumenta que a oferta de bolsas PQ1 não acompanhou o aumento do número de pesquisadores qualificados e experientes, de modo que muitos, apesar do mérito incontestável de seu trabalho, reconhecido nacional e internacionalmente, estão paralisados no nível 2.

"São pesquisadores que cumprem todos os requisitos para a reclassificação, inclusive os critérios das categorias mais altas de PQ1, mas que continuam parados no PQ2 por motivos que não têm a ver com mérito, mas com outros fatores, sobretudo a disponibilidade de recursos", declarou Suely.

Apoio e críticas - A petição também foi publicada no site Viomundo, onde o texto recebeu mensagens de apoio e críticas. Em uma delas um bolsista que se manifestou através de um pseudônimo coloca-se totalmente contra a iniciativa. "Devemos lutar pela ampliação do número de bolsas nível 1 e principalmente de bolsas nível 2. Ao equiparar a bolsa 2 ao benefício da bolsa 1, desmonta-se o critério de mérito que caracteriza o sistema de bolsas e em nada colabora com a ampliação e democratização do benefício."

O documento também destaca que, nos últimos anos, a reclassificação de bolsistas de Produtividade Nível 2 para os Níveis 1 tem sido tímida frente à escalada da comunidade de pesquisadores. Como resultado, muitos bolsistas de Produtividade permanecem no Nível 2 por mais de uma década, apesar de cumprirem com os requisitos para a reclassificação. São pesquisadores com considerável grau de senioridade, expressiva atuação na formação de recursos humanos para a pesquisa, produção científica internacionalizada e reconhecimento junto à comunidade científica brasileira e internacional. A indisponibilidade do adicional de bancada representa uma ameaça permanente à continuidade dessa internacionalização, contrariando uma das metas do CNPq e das políticas de ciência e tecnologia do país.

O texto da petição informa que os Bolsistas PQ2 também se encontram excluídos dos processos e instâncias decisórias do próprio CNPq, o que lhes impossibilita serem candidatos e votarem para as representações de área. O caráter público desta solicitação procura dar voz, portanto, a um grupo de pesquisadores que defende, antes de mais nada, o equilíbrio na distribuição dos recursos destinados à pesquisa entre todas as categorias de pesquisadores do CNPq.

Otimista, Suely aposta no caráter coletivo do pedido. "Não é o pedido de uma pessoa ou de um grupo em particular, mas da comunidade de pesquisadores", avalia.

Historiador Jacob Gorender morre aos 90 anos em São Paulo

Professor defendeu o comunismo, lutou na Segunda Guerra e foi preso e torturado em 1970, quando combatia o regime militar

O historiador Jacob Gorender, intelectual autodidata, dirigente comunista, preso político e veterano da 2ª Guerra Mundial, morreu, no dia 11 de junho, aos 90 anos, em São Paulo. Ele foi autor de *O Escravismo Colonial*, de 1978, e de *Combate nas Trevas*, de 1987, sua obra mais conhecida, um clássico sobre a história da esquerda na ditadura militar.

Em nota, a presidente Dilma Rousseff lamentou a morte "do amigo e companheiro Jacob Gorender", "um pensador do Brasil". A presidente disse ter recebido com tristeza a notícia, e deixou condolências a seus amigos.

Trajatória de luta - Gorender nasceu em Salvador em 20 de janeiro de 1923, filho de imigrantes judeus russos. Em 1941 entrou para a Faculdade de Direito de Salvador, época em que se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1943, aos 20 anos, alistou-se na Força Expedicionária Brasileira. Lutou na Europa em batalhas como a de Monte Cas-



Foto Internet

O historiador foi autodidata

telo, na Itália. Quando retornou da guerra, mudou-se para o Rio, onde trabalhou em jornais de esquerda. Em 1953 foi para São Paulo. Dois anos depois, embarcou para Moscou, onde permaneceu por alguns anos, voltando depois ao Brasil.

Em 1968 criou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), com Apolônio de Carvalho e Mário Alves. Depois disso, Gorender acabou preso em São Paulo, em 1970. Por não ter participado de nenhuma ação armada, foi condenado a dois anos, mas não se livrou de ser torturado várias vezes. Os livros de história eram levados pela mulher, Idealina, já morta, com quem Gorender teve uma filha, Ethel. Libertado, trabalhou como tradutor e passou a escrever.

Novo diretor do Observatório Nacional é nomeado

Ex-diretor do CBPF, João Carlos Costa dos Anjos, tomará posse

Foi publicada no *Diário Oficial da União* do dia 11 de junho a nomeação do novo diretor do Observatório Nacional (ON/MCTI), o pesquisador João Carlos Costa dos Anjos. A publicação foi assinada pelo ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, e a posse deve ocorrer neste mês.

O escolhido é pesquisador e ex-diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), outra unidade de pesquisa do MCTI. No processo conduzido pelo comitê de busca instituído pela pasta, concorreu com outros cinco candidatos inscritos, dos quais três tiveram o nome encaminhado ao ministro como indicação.

João dos Anjos dirigiu o CBPF de 2000 a 2004 e coor-

dinou o Programa de Pós-Graduação da instituição de 2005 a 2009. Tem graduação em física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em física teórica pela Université de Paris XI e doutorado nessa mesma área pela Université de Paris VII.

Atua na área de física experimental de altas energias e dedica-se ao estudo de propriedades de partículas elementares, trabalhando nos seguintes temas de pesquisa: raios cósmicos de altíssimas energias (Projeto de Colaboração Internacional Observatório Pierre Auger) e física de neutrinos de reatores. É coordenador do Projeto Neutrinos Angra e do grupo brasileiro que participa no experimento Double Chooz, sediado na França.

Incrições: Prêmio de Fotografia - Ciência & Arte

Vencedores poderão participar da Reunião Anual da SBPC

Até o dia 30 de agosto, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) recebe inscrições para a III edição do Prêmio de Fotografia - Ciência & Arte. Podem se inscrever estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e pesquisadores brasileiros. O prêmio está dividido em duas categorias: imagens produzidas por câmeras fotográficas e por instrumentos especiais (ópticos, eletromagnéticos e eletrônicos).

Em cada categoria serão premiados até três candidatos. O primeiro lugar ganhará R\$ 8 mil, o segundo levará R\$ 5 mil e o terceiro colocado ficará com o prêmio de dois mil reais. Além do valor em dinheiro, os vencedores de cada categoria terão o direito à passagem aérea e hospedagem para participar da Reunião Anual da SBPC, em julho de 2014, em local ainda a ser definido; e a expor suas imagens e receber a premiação.

Mostra: Divulgação Científica na UFPE

Trabalhos podem ser inscritos até o próximo dia 17 de junho

A Mostra Científica do 3º Salão Nacional de Divulgação Científica da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) prorrogou o prazo para a submissão de trabalhos até o dia 17 de junho. A mostra será realizada dentro da programação oficial da 65ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), na Universidade Federal de Pernambuco, compreendendo o período de 22 a 26 de julho.

A inscrição de resumos pode ser efetuada na modalidade de sessão coordenada, visando receber trabalhos de estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores de todos os estados e instituições de ensino e pesquisa do país, relacionados ao fomento da inovação científica, social, artística e cultural e a estas enquanto produto ou processo.

A edição deste ano terá como tema "Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Soberania Nacional". Além da mostra científica, o salão nacional da ANPG oferecerá também conferências, oficinas, feira de ciências e diversas apresentações culturais.

Peça de Maria Clara Machado está em cartaz no Museu da Vida no RJ

Texto mostra o mundo das descobertas científicas com humor

Foto: Peter Illiciev

As confusões armadas em um laboratório de alta tecnologia na roça são o mote do espetáculo infantil do Museu da Vida: "Aprendiz de Feiticeiro", que está em cartaz no Museu da Vida, com entrada grátis. O texto é de Maria Clara Machado, que narra com humor o mundo das descobertas científicas e pretende levar a criança a refletir sobre importantes questões éticas da atualidade.

No palco, o doutor Uranus Octavius Octopus de Almeida quer achar uma fórmula que



"Aprendiz de Feiticeiro" em cena

possa acabar com a fome no mundo. Ele descobre uma substância capaz de produzir laranjas gigantes. Mas as confusões começam quando o cientista precisa viajar e deixa o laboratório sob os cuidados de seu fiel assistente, Horaciú Juvenus, e de sua irrequerida neta Arabela.

A temporada vai até agosto com apresentações todo primeiro sábado do mês, sempre às 14h. A classificação é livre. A Tenda da Ciência do Museu da Vida fica na Avenida Brasil 4.365 - Manginhos, no Rio.

FMC tem Encontro Preparatório na UnB

SBPC, ABC, MCTI e Embrapa são alguns dos organizadores

A Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência, a Academia Brasileira de Ciências (ABC), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Católica de Brasília (UCB), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), demais órgãos do governo e as entidades do sistema nacional de CT&I convidam para o 7º Encontro Preparatório para o Fórum Mundial de Ciência 2013.

O evento, voltado para o tema "Ciência para o Ambiente e a Justiça Social", será realizado nos dias 10 e 11 de julho, na Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec), localizada na UnB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Av. L3 Norte, Ed. Finatec - Asa Norte, Brasília - DF.

Informações e inscrições no site da Finatec

Instituto Mamirauá realiza curso de manejo de abelhas sem ferrão

As inscrições para 15 vagas estão abertas até o dia 5 de julho

O Instituto Mamirauá, por meio de seu Programa de Manejo de Agroecossistemas, está com inscrições abertas para o Curso de Multiplicadores em manejo de abelhas nativas sem ferrão. O curso acontecerá no período de 26 a 29 de agosto, em Tefé, Amazonas.

A iniciativa é voltada a profissionais que atuam na implementação de sistemas de manejo dessas espécies. As inscrições vão até 5 de julho e são oferecidas 15 vagas.

Segundo coordenadora do programa, Angela May Steward, o objetivo é oferecer aos diversos atores sociais instrumentos para implementação de manejo em vários ambientes, ajudando-os a implementar suas ações de forma estratégica.

A prioridade será dada aos candidatos de organizações governamentais e não governamentais da Amazônia, que pretendam implementar ou já estejam assessorando iniciativas de manejo desses insetos.

Inscrições para o Jovem Cientista

Este ano, os jovens devem propor soluções para o uso da água

Estão abertas, até o dia 30 de agosto, as inscrições para o XXVII Prêmio Jovem Cientista, concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com a Fundação Roberto Marinho, a Gerdau e a GE. Este ano, o tema será "Água: desafios da sociedade". Podem participar estudantes dos ensinos médio e superior, mestres e doutores. As inscrições devem ser feitas pelo site do CNPq.

O prêmio tem como objetivos revelar talentos, impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram inovar na solução dos desafios da sociedade. Para esta edição, a iniciativa convoca os jovens a proporem soluções e tecnologias que tornem possível, com a perspectiva da sustentabilidade, o melhor aproveitamento e gestão da água para todos.

Curso: astrofísica a distância no ON

As inscrições podem ser feitas de 3 de junho a 30 de agosto

O Observatório Nacional (ON) oferece, de 15 de julho a 29 de novembro de 2013, o curso a distância em Astrofísica Geral. Os participantes terão acesso a informações sobre a história da astronomia, a formação do universo, as características e dinâmica dos astros, entre outros tópicos.

As inscrições podem ser feitas até 30 de agosto, no site do Observatório Nacional. O curso tem caráter de divulgação científica e é voltado para um público não especializado em ciências exatas, por isso não é necessário qualquer conhecimento prévio para acompanhá-lo a distância.

Os cursos a distância são oferecidos gratuitamente pelo ON e já estão na sua 10ª edição. Eles são realizados com o objetivo de socializar o conhecimento científico e contribuir para a inclusão social por meio da divulgação de temas relacionados à atuação da primeira instituição científica do Brasil, o Observatório Nacional. O material produzido é disponibilizado no site do ON e pode ser copiado e impresso, desde que não seja publicado em outros meios.

Breves

Câncer de mama: A ciência está mais perto de entender a origem desta doença. Um estudo americano concluiu que todas as mulheres – propensas ou não a desenvolver câncer de mama – têm uma classe particular de células-mãe com telômeros (estruturas que formam as extremidades do cromossomo) extremamente curtos, que fazem com que as células fiquem mais propensas a sofrer mutações que podem desenvolver a enfermidade. A investigação foi feita em tecidos doados por mulheres que se submeteram a redução de seios por razões estéticas.

Água em Marte: A sonda Opportunity, enviada pela Nasa, encontrou amostras de barro formado em água não ácida (pH neutro), um ambiente potencialmente adequado para que a vida antiga possa ter se desenvolvido no planeta vermelho. A descoberta aconteceu em uma das rochas mais antigas de Marte, na cratera Endeavour. A análise revela traços de um tipo de água potável que data do primeiro bilhão de anos da história do planeta, quando as rochas estavam se formando com um pH mais neutro, antes que as condições para a vida se tornassem tão severas.

TOC: Impulsos elétricos no cérebro provocados por meio de um marca-passo podem ser uma alternativa aos medicamentos para pessoas com comportamento compulsivo. Através de experiências com camundongos, neurocientistas do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) mostraram que é possível bloquear a compulsão com uma técnica de manipulação óptica neuronal. Esse recurso ainda não está pronto para utilização em humanos, mas pode ajudar a identificar padrões da atividade cerebral que sinalizam o início da doença.

Manto da invisibilidade: Cientistas da Universidade de Purdue afirmam ter conseguido criar uma espécie de "manto de invisibilidade" que conseguiria esconder eventos contínuos em um feixe de luz. Ele funciona ao manipular a velocidade da luz em fibras ópticas, fazendo com que interações que ocorrem nos "buracos do tempo" criados por ele não possam ser detectadas. Os resultados de seus experimentos foram publicados na revista *Nature*.

Pica-pau: Pesquisadores do Tocantins apresentaram um estudo ao Ministério do Meio Ambiente para pedir a inclusão da espécie pica-pau-do-paraná, cujo nome científico é *Celeus obrieni*, nativo do Cerrado, na lista de animais ameaçados de extinção. Por necessitar de um ambiente específico e de uma área relativamente grande para encontrar abrigo, alimento e se reproduzir, a ave perde *habitat* e se torna mais rara com a destruição da vegetação.

Sítio arqueológico: Escavações feitas no vale do Paraíba, em São Paulo, descobriram vestígios da presença de índios de tradição cultural aratu, que habitaram o país entre os séculos X e XIV. Foram encontradas milhares de peças de cerâmica e ferramentas de pedra lascada, na rodovia dos Tamoios, altura de Paraíba. O local está fechado para pesquisas. Pela quantidade de material encontrado, supõe-se que havia uma grande aldeia no local. Os arqueólogos querem transformá-lo em sítio-escola para visitas monitoradas.

VAI ACONTECER

Tome Ciência

Exibido em diversas emissoras com variadas alternativas de horários, o programa promove debates sobre temas da atualidade com cientistas de diferentes especialidades. Horários e emissoras podem ser conferidos na página do programa (www.tomeciencia.com.br). A seguir, alguns dos próximos temas:

As muitas formas de educação científica - De 15 a 21 de junho. Consta que os primeiros divulgadores da ciência foram os gregos, com sua preocupação de ensinar a arte de pensar e duvidar. Repensar e definir o tipo de difusão e educação científica que queremos é o desafio dos convidados do programa.

Química além das fórmulas - De 22 a 28 de junho. A química está presente em tudo: borracha, plástico, celulose; tudo depende de compostos e reações. A ciência que permitiu transformar petróleo em plástico – hoje vilão da natureza por conta da dificuldade de decomposição – pode também encontrar a solução para a poluição.

Encontros científicos

4º Encontro Internacional de Estudos das Origens da Filosofia Contemporânea - Acontece na PUC-SP, entre 24 e 28 de junho. A universidade vai receber professores da Unesp, UFRJ, UFSC, Universidade de Lisboa, entre outras. Veja a programação em www.pucsp.br.

VII Simpósio Internacional em Políticas Educacionais - O evento acontece entre 19 e 21 de junho, na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Para mais informações acesse: www.viisep.faced.ufu.br.

IV Encontro Internacional 'A Economia dos Trabalhadores' - A UFPB, de João Pessoa, vai sediar o encontro entre os dias 9 e 12 de julho. Outras informações podem ser obtidas através do e-mail laeconomydelostrabajadores@yahoo.com.br.

IV Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa em Goiânia - Será realizado de 2 a 5 de julho na Universidade Federal de Goiás (UFG). O simpósio vai discutir o crescente interesse pela língua portuguesa brasileira, devido ao crescimento econômico do país. Mais informações em www.simelp.letras.ufg.br.

Pós-graduação

Mestrado em biotecnologia e biociências na UFSC (Santa Catarina) - Para atuar em pesquisa do Laboratório de Protozoologia. Mais informações podem ser solicitadas através do formulário de contato <http://proto.ufsc.br/contato>.

Pós-Graduação em Química pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - Inscrições até 21 de junho. O edital e o formulário de inscrição podem ser acessados em www.prosp.ufam.edu.br. Mais informações pelo telefone (92) 3305-2817.

Pós-Graduação em engenharia elétrica na UFRGS (Rio Grande do Sul) - As inscrições podem ser feitas até o dia 21 de junho. Calendário, pré-requisitos, documentação e taxa de inscrição podem ser conferidos em www.ufrgs.br/ppgee. Outras informações pelo telefone (51) 3308.3129.

Bolsas de pós-doutorado em engenharia química pela Fapesp/ETH Energia - Interessados podem se inscrever no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Federal de São Carlos, até o dia 28 de junho de 2013, em www.ppgeq.ufscar.br.

Concursos e vagas

Três mil vagas de professor do Ensino Médio no Ceará - Para as disciplinas de português, matemática, história, geografia, inglês e outras. Inscrições até 21 de julho. Mais informações em www.ceara.gov.br.

Duas vagas de professor assistente na PUC-Rio - Para atuar no Departamento de Engenharia Industrial. A inscrição deve ser feita via e-mail (fff@puc-rio.br) até o dia 5 de agosto, com o assunto "processo-seletivo". Acesse o edital em www.ind.puc-rio.br.

Concurso para técnicos administrativos na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) - São oferecidas 58 vagas, 16 delas para cargos de nível superior. Inscrições até 27 de junho. Edital e mais informações em www.progepaes.ufes.br.

Outras oportunidades

Curso a distância em astrofísica geral pelo Observatório Nacional - O curso acontece entre 15 de julho e 29 de novembro. Tem caráter de divulgação científica e é voltado para um público não especializado em ciências exatas. Inscrições até 30 de agosto, no site www.on.br.

Livros & Revistas

O Espaço Rural de Santa Catarina – Novos estudos. Agricultura familiar, movimento dos sem-terra e assentamentos são alguns dos temas e aspectos dissecados por 12 autores nos oito artigos apresentados nesta obra, organizada pelos pesquisadores Nazareno José de Campos, Marlon Brandt e Janete Webler Cancelier. Editora da Universidade Federal de Santa Catarina (EdUFSC).

O Averso do Imaginário. Tania Rivera, professora do Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense, explora as relações atuais entre a arte e a psicanálise. O fio condutor é a desestabilização da noção de sujeito e sua relação com o outro em várias dimensões da arte contemporânea, por meio de obras de Joseph Kosuth, Gary Hill, Lygia Clark e Hélio Oiticica, entre outros artistas. Editora Cosac Naify.

Estudos sobre Coisa Julgada e Controle de Constitucionalidade. O livro de Luiz Dellore é uma compilação e atualização das pesquisas realizadas em seu mestrado e doutorado sobre processo civil e constitucional. Dentre outros assuntos, Dellore aborda a estabilização da decisão proferida no controle concentrado. Editora Forense.

América Andina, Integração Regional, Segurança e Outros Olhares. Organizada pelas escritoras Renata Peixoto de Oliveira, Silvia Garcia Nogueira e Felipe Reis Melo, a obra é resultado de um esforço conjunto entre pesquisadores do Brasil, Colômbia e México, que contribuíram com distintos olhares para a compreensão da sub-região americana. Tem como proposta oferecer aos leitores condições de conhecer a América Andina a partir de um enfoque multidisciplinar, abordando temas como integração regional, segurança, democracia e relações internacionais. Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB).

Medo de Dirigir: Terapia cognitivo-comportamental no tratamento da fobia de trânsito. Armando Ribeiro, professor e supervisor clínico do Ambulatório de Ansiedade do Hospital das Clínicas da USP, descreve com detalhes e ilustra com casos as principais técnicas comportamentais e cognitivas. A obra também aborda o uso de meditação e analisa o depoimento de uma pessoa que superou a fobia de trânsito. O livro é indicado para psicólogos, psiquiatras e outros interessados pelo tema. Vetor Editora.

Brasil é ouro e prata na Olimpíada de Matemática do Cone Sul

País terminou em primeiro lugar entre os países participantes

Estudantes brasileiros conquistaram duas medalhas de ouro e duas de prata na 24ª Olimpíada de Matemática do Cone Sul, competição ocorrida entre os dias 2 e 7 de junho na cidade de Assunção no Paraguai. Com este resultado, o Brasil classificou-se em primeiro lugar entre os países participantes.

As medalhas de ouro foram trazidas pelos estudantes Murilo Corato Zanarella, 15, de Amparo (SP), e Victor Oliveira Reis, 16, de Recife (PE), enquanto Daniel Santana Rocha, 16, do Rio de Janeiro (RJ), e Pedro Henrique Sacramento de Oliveira, 13, de Vinhedo (SP), receberam as medalhas de prata. A equipe foi liderada pelos professores Fábio Brochero Martínez, de Belo Horizonte (MG), e José Armandinho Barbosa de Fortaleza, (CE).

A competição contou com a participação de 28 estudantes das delegações da Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai. Os estudantes classificaram-se por meio de olimpíadas nacionais de matemática de seus respectivos países. A seleção do Chile não compareceu ao evento.

A olimpíada destina-se a estudantes cujas idades variam entre os 13 e 16 anos. Cada país é representado por uma equipe composta por até quatro estudantes e dois professores. O evento tem por objetivo a integração dos países da região e o intercâmbio de experiências acadêmicas entre alunos e professores.

As provas – Durante as provas, realizadas nos dias 4 e 5 de junho, os participantes tiveram quatro horas, em cada dia, para resolver três problemas de matemática, propostos pelos países participantes e selecionados por um júri internacional, composto pelos professores líderes, um por cada país participante. O tribunal de coordenação integrado por 15

especialistas em matemática, indicados pelo país organizador, realizou as correções dos problemas resolvidos pelos competidores. Esta correção de exames implica que os líderes e vice-líderes de cada delegação avaliem e defendam o trabalho de seus estudantes ante o tribunal.

Os problemas da prova envolveram disciplinas como álgebra, teoria dos números, geometria e combinatória. A soma dos pontos obtidos na solução de cada problema determinou os vencedores do certame.

Brasil e as medalhas no Cone Sul – O Brasil participa do evento desde 1988, conquistando desde então o total de 89 medalhas, sendo 22 de ouro, 38 de prata e 29 de bronze. No próximo ano o evento ocorrerá no Uruguai.

A participação do Brasil é organizada pela Olimpíada Brasileira de Matemática (OBM), iniciativa que visa estimular o estudo da matemática, contribuir para a melhoria do ensino, identificar e apoiar estudantes com talento para a pesquisa científica e selecionar e preparar as equipes que representam o Brasil em competições internacionais.

A OBM é um projeto conjunto do Instituto Nacional de Matemática Pura Aplicada (Impa), da Sociedade Brasileira de Matemática (SBM) e conta com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI), da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis), do Ministério de Educação (MEC) por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Matemática (INCT-Mat).

(OBM / IMPA)

JORNAL da CIÊNCIA

PUBLICAÇÃO DA SBPC • 14 DE JUNHO DE 2013 • ANO XXVINº 739

Indústria aeronáutica: parceria ITA/Embraer dá novos frutos

Projeto vai permitir produção de aeronaves com mais precisão

Um projeto inédito na indústria aeronáutica mundial, implantado no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), em São José dos Campos (SP), acaba de ser concluído com êxito e já está promovendo outras inovações. Trata-se do AME – de Automação da Montagem Estrutural de Aeronaves – desenvolvido pelo ITA em parceria com a Embraer, com apoio financeiro da Finep.

O AME vai permitir ao país produzir aeronaves com mais precisão, menor tempo e menor custo. O novo espaço construído para sua execução – chamado de Laboratório de Automação de Montagem Estrutural de Aeronaves (LAME) – complementa o Centro de Competência em Manufatura do ITA (CCM-ITA) e capacita recursos humanos em automação da manufatura aeronáutica. Instalado em uma área de 300m², o laboratório é constituído por dois robôs industriais de alta capacidade de carga e grande volume de trabalho e uma célula metrológica de grandes volumes constituída por GPS *indoor*, *laser* radar e câmera de fotogrametria.

Além do AME, o laboratório desenvolve o projeto AGE – Automação da Montagem de Grandes Estruturas – com a Petrobras, que vai usar manipuladores robóticos para construção e montagem de tanques de armazenamento industriais de grande porte. Um outro projeto em parceria com a Embraer está em fase de contratação: um simulador de voo com plataforma robótica de movimento. O trabalho no Lame já resultou em várias teses de doutorado e mes-

trado e uma patente, depositada no Brasil, EUA, Canadá, Europa, China e Japão.

Spin-offs - O AME também já proporcionou três *spin-offs* (projetos derivados): o *snake robot* – robô flexível usado para operações em acesso difícil para o ser humano; efetuador robótico de lixamento e polimento de superfícies aeronáuticas; e o ferramental reconfigurável com hastes de acionamento robotizado.

ITA e Embraer - O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) é uma instituição de educação e ensino superior ligada ao Comando da Aeronáutica. Criado em 1954, o Instituto oferece cursos de graduação e pós-graduação em áreas ligadas a engenharia, principalmente no setor aeroespacial, e é considerado um centro de referência no ensino de engenharia. Nos últimos dez anos, a Finep já investiu cerca de R\$ 50 milhões no ITA, em quase 30 projetos.

A Embraer SA é uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo. Com mais de 40 anos de experiência, a Empresa já produziu cerca de cinco mil aviões, que hoje operam em 88 países. Fundada em 1969 como empresa de capital misto, foi privatizada em 1994 e seu controle está em mãos brasileiras. A empresa já recebeu cerca de R\$ 300 milhões de financiamento da Finep, desde 2002, e venceu a final nacional do Prêmio Finep de 2007, na categoria Produto, com o avião Phenom 100.

(Finep)

Inpa recebe visita do Secretário da ONU

Em dois dias de visita a Manaus, o secretário reuniu-se com representantes de instituições de educação, ciência e tecnologia do Amazonas

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa/MCTI) recebeu no dia 6 de junho a visita do secretário adjunto da Organização das Nações Unidas (ONU), Thomas Stelzer, com o objetivo de conhecer as ações de conservação da bacia amazônica e desenvolvimento social do Amazonas. O secretário veio com uma comitiva representada pela presidente da Humanitary Foundation, Sheila Pimentel, Claudia Milaschitzky, Carmem Mateus, e pelo coordenador dos prêmios Samuel Benchimol e Banco da Amazônia de Empreendedorismo Consciente, José Rincon Ferreira.

O diretor substituto do Inpa, Estevão Monteiro de Paula, apresentou a estrutura funcional do Instituto, destacando, principalmente, parcerias de estudos com instituições de pesquisas internacionais. Monteiro afirmou que a visita é importante para que a ONU conheça as ações feitas na Amazônia. “A ONU, como instituição internacional, está interessada em conhecer ações que promovam a sustentabilidade e o uso de ferramentas que possam gerar renda e desenvolvimento.

Thomas Stelzer citou diversos questionamentos que o mundo faz

em relação à Amazônia e suas potencialidades que possam contribuir para o desenvolvimento da região.

Na avaliação do secretário executivo adjunto da Secretaria de Estado Ciência e Tecnologia e Inovação do Amazonas (SECTI-AM), Eduardo Costa Taveira, alguns questionamentos são baseados naquilo que se observa da região, no entanto, frisou que é necessário observá-la como um todo respeitando suas diferenças econômicas e sociais. “A Amazônia, ela tem vida, ela tem as suas complicações, quando a gente fala de desenvolvimento na Amazônia, não estamos falando da população ter bens de consumo, mas estamos falando de ter acesso à cidadania, segurança alimentar, estamos falando de valorização das vocações regionais e cultura. É nessa direção que queremos ir: conhecer a Amazônia não para preservá-la, mas para, a partir dela, melhorar a qualidade de vida da nossa população”, afirmou. Após a reunião, a comitiva conheceu o Bosque da Ciência, uma das ferramentas utilizadas na divulgação da ciência.

(Assessoria de Comunicação / Inpa/MCTI)